

## ENTREVISTA COM MARIA APARECIDA REZENDE



**Maria Aparecida  
Rezende**

A educação intercultural é uma das alternativa para dar conta da diversidade étnico-cultural do Brasil. No entanto, o enfrentamento de percepções, a diversidade é, muitas vezes, monológica. Isso não interfere apenas na ciência e na produção do conhecimento, pois incide também na concepção de universidade e da sua responsabilização frente às demandas com a sociedade (local e internacional).

Nos últimos anos, novas percepções começaram a aflorar e, assim, trazer ao debate a noção de diversidade étnico-cultural. Muitos programas de pós-graduação conseguem resgatar o legado de tradições de um país eminentemente multiétnico e com matizes diferenciadas. De lugar de simples reprodução dos saberes, as universidades passaram a estudar também o significado dessa diversidade para, com isso, examinar, com profundidade, as características inerentes às tradições e seus estilos de vida.

A participação no debate significa, simplesmente, aproximar-se de quem pesquisa a temática. Desta forma, a doutora Maria Aparecida Rezende, da Universidade Federal de Cuiabá – e professora do programa de pós-graduação em Educação da UFMT –, é, hoje, pesquisadora que estabelece pontes entre o âmbito universitário com as comunidades indígenas. Mais precisamente, seu trabalho é com a formação de professores, uma tarefa ligada à diversidade de mundos e de percepções de conhecimento.

### *1. Qual sua descendência?*

Sou descendente de indígena. Não sei a etnia, porque naquela época no estado de Goiás, era proibido ser indígena, porque pensava-se que os indígenas já tinham sido extintos. Na verdade, se pensava que já estava completamente integrado ao modo de vida e da cultura ocidentalizada.

### *2. Como aconteceu a sua inserção com o movimento indígena?*

Ocorreu primeiro com o trabalho com posseiros, na época município de Canarana, Mato Grosso, início da década de 90. O trabalho estava relacionado com a agricultura alternativa e o objetivo era manter esses posseiros na terra. Em seguida, fui trabalhar com agricultura alternativa, com o povo Tapirapé, autodenominados Ampíawa, na região do Araguaia, às margens do rio. Na verdade, era apenas um trampolim para trabalhar com a roça-horta Tapirapé. Eu ia, trabalhava com a participação da comunidade, cujo trabalho integrava agricultura da tribo com a horta escolar. O objetivo era melhorar a qualidade da merenda escolar. Esse trabalho era voltado para o projeto pedagógico da escola.

### *3. Foi uma luta que se tornou um engajamento sistemático, não?*

Na época, o povo Tapirapé já desenvolvia uma educação escolar diferenciada de outras comunidades indígenas.

### *4. Em que consistia essa diferença?*

Na década de 80, o apoio CIMI (Conselho Indigenista Missionário) trouxe para a aldeia, professores que já usavam o pensamento freireano em suas práticas pedagógicas. Em outras palavras, esses professores foram os iniciantes do processo de diálogo entre a educação Tapirapé e a educação escolar. Isso fez com houvesse mudanças nas práticas pedagógicas dos professores em formação. Ou seja, iniciou-se um processo com duas vias. Por um lado, a formação dos professores indígenas em relação à escolarização e, por outro, a formação dos professores não indígenas na educação étnica. A partir daí, tomei a consciência de que a educação era maior do que uma formação escolarizada, pois ela atendia à saúde, à preservação do meio ambiente e o respeito com a fauna e flora. Enfim, era tudo misturado, pois não existia diferença entre o respeito do humano em relação a esse mundo não humano. Ou seja, o respeito é o mesmo. Foi nessa etapa que iniciei minha caminhada na luta pela terra, ou melhor, pelos territórios dos povos indígenas.

*5. Isso lhe trouxe dissabores?*

Sim. Quando a pessoa se engaja e assume a resistência a favor dos povos indígenas, ela passa a ser uma não-grata para os grandes proprietários de terras. Por exemplo, quando eu coordenava um curso de ensino superior, no Mato Grosso do Sul, junto aos povos Guarani e Kaiowa – um trabalho comprometido com a luta pelos territórios deles – fui ameaçada por fazendeiros. E isso acelerou meu regresso ao Mato Grosso, onde estou hoje.

*6. Como professora de pós-graduação em educação da UFMT, a luta ganhou outras dimensões?*

Entrei como professora na UFMT em 2011 e continuei meu trabalho com a educação escolar indígena e também com as mulheres da etnia Xavante. Quando eu ainda não era professora de ensino superior, eu pensava que a Universidade fosse mais engajada com as questões indígenas. Por estar em um Estado com mais de 40 etnias indígenas, logo de início fiquei um tanto desapontada. Todavia, vejo que, nos últimos tempos, esse engajamento vem crescendo. A gente teve algumas conquistas, como, por exemplo, três vagas no mestrado em Educação da UFMT para indígenas. O primeiro ingresso deverá ocorrer em 2017.

*7. Em nível nacional, como você vê ou analisa a questão da educação indígena?*

A educação indígena é invisível, porque, ao longo dos anos, as lideranças indígenas vem lutando para que a sua educação seja respeitada e tratada no mesmo nível que a escolarizada. E isso vagarosamente tem resultados consideráveis. Exemplo disso é a garantia constitucional dos direitos da educação étnica em toda sua abrangência.

*8. Haveria, então, formas distintas de conceber e realizar a educação, competem entre si?*

Sim. A educação escolar sempre foi considerada como superior. Com isso, fortaleceu-se a língua portuguesa como padrão, enquanto as línguas indígenas eram dispensadas no contexto escolar. Mas não chegam a competir, porque não se respeita a educação étnica como um valor tão importante como é a educação escolar. Por isso, estamos engajados e comprometidos para que a educação étnica torne-se evidente e auxilie a educação escolar para que haja reconhecimento mútuo de igualdade e, inclusive, de protagonismo.

*9. Mas no que se diferenciam uma da outra?*

A educação étnica tem muito a ensinar a educação escolar e uma das maiores lições é o respeito com a fauna e flora, com a natureza, com a língua e com o modo de ser e viver do outro e da outra. A educação escolar sente-se superior a todas as educações e separa os mundos dos humanos, dos outros animais e também da natureza. Não há um respeito com a vida. A vida é separada da educação escolar.

*10. Essa forma de pensar a educação não contradiz a educação escolar?*

Não. Porque a escolarização não pode excluir os outros tipos de vida. Esses outros tipos de vida fazem parte da vida escolar, porque ela está dentro do mundo e da vivência das pessoas.

*11. Quais são os pontos centrais ou as características da formação de professores voltados à educação étnica?*

O ponto principal dessa característica é partir dos interesses das comunidades indígenas. A pesquisa é fundamental nesse processo de formação. Para realizar essa formação é importante colher qual é a concepção de educação escolar que essas comunidades querem? A partir daí forma-se o projeto pedagógico da escola de mãos dadas com a educação escolar e a educação étnica.

*12. As universidades e os cursos de formação de professores estão preparados para isso ou há resistência?*

Não. Como já escrevi em outros lugares e repito aqui, as universidades estão vestidas de uma educação colonizadora. Nesse sentido, primeiro elas oferecem os cursos para indígenas (quando oferecem), mas não se preparam para esse trabalho, porque elas se sentem preparadas e a ideia é a de que elas é que são as ensinadoras, que eles nada têm a contribuir. Essa violência é frequente nos cursos de medicina, de direito em que os conhecimentos indígenas são anulados. Ignoram que muitos medicamentos hoje usados advêm desses conhecimentos, como a anestesia tão importante para a medicina que veio dos povos indígenas. Mas tudo isso é ignorado.

*13. Até que ponto os conflitos por terra não interfere na educação indígena?*

O conflito ocorre porque a terra é considerada mãe e educativa dos povos indígenas. Ao negar o direito de viverem em seus territórios, nega-se também a educação étnica que é apoiada pelos espíritos, donos das coisas, e também da alimentação e da aprendizagem (pescaria, construção da roça, das casas tradicionais étnicas, da religiosidade, etc).

*14. Os indígenas se sentem ameaçados?*

Em especial, as pessoas idosas. Elas sentem o contato com os não indígenas uma ameaça à educação étnica, devido às seduções que esse mundo apresenta aos jovens e crianças.

*15. Qual o depoimento final de uma professora de ensino superior frente à educação étnica.*

O ensino superior precisa aprender com a educação étnica. Entre elas, o escutar o outro e a outra, o respeito com os outros conhecimentos que não estão intrínsecos à academia.